

INTERNACIONAL
A outra bomba no
Japão

POLÍTICA
O que Obama vem
fazer aqui?

PODER
Palocci em alta

Dom Quixote

BRASÍLIA

EmDia

REVISTA SEMANAL

19 a 25/MARÇO/2011 - ANO 14 - Nº 735 - R\$ 4,00 - www.brasiliaemdia.com.br



COMISSÃO
DE ÉTICA

Sob risco do cadafalso

Um guru que é tributarista

Ives Gandra da Silva Martins é o mais respeitado tributarista brasileiro. Um nome reconhecido internacionalmente, por suas qualidades profissionais como jurista e escritor, mas também por sua capacidade de estar sempre acompanhando, de forma lúcida, cada um dos problemas nacionais, mesmo durante o regime militar, quando foi uma voz vigorosa em defesa do verdadeiro Estado democrático de direito, em suas profundas implicações.

Entrevistá-lo é uma tarefa complicada. Primeiro, por causa da dificuldade em conseguir tempo livre dele, que possui uma agenda sobrecarregada, disputadíssima. Além disso, pelas interrupções por intermináveis telefonemas que Ives Gandra recebe de algumas das mais importantes personalidades do país, que o consultam a respeito de quase tudo.

Brasília Em Dia sempre o procura para que ele comente fatos da economia e do panorama político do país e do exterior, como agora, quando o mundo está diante da tragédia no Japão, com reflexos de instabilidade que ameaçam todo o planeta. Sempre atento e com informantes internacionais, Ives Gandra acompanha todos os desdobramentos dos fatos, formando um cenário que é uma expectativa bem palpável para esta aldeia global.



Nesta entrevista, além destes temas, ele explica por que a reforma tributária é tão mencionada, mas não sai do papel, apesar da sobrecarga que o contribuinte comum sofre. De acordo com sua opinião, a existência de tantos impostos no país coloca em risco a própria democracia brasileira. Pessoalmente, Ives Gandra está sempre atento a tudo o que o cerca, convicto de suas impressões, como demonstra nesta entrevista.

Para ele, não existe no mundo Constituição de país civilizado em que o município tenha legalmente a possibilidade de exercer seu poder impositivo. No Brasil, isto é possível.

Leia a entrevista e conclua por que razão ele é tão conceituado.

Ives Gandra Martins

Por
Marcone Formiga

– Há muito tempo que se fala em uma reforma tributária, mas ela nunca sai. Por quê?

– O grande problema é que todo projeto de reforma tributária global cria anticorpos globais, que se entrelaçam e terminam por inviabilizá-lo. Assim foi com Collor, Itamar, FHC e Lula. A única solução viável é fazer reformas pontuais, como aliás parece que a presidente Dilma Rousseff pretende fazer, e não necessariamente em nível constitucional. Com a eliminação da correção monetária no IR e a introdução do regime de lucro presumido, Everardo Maciel realizou importante reforma tributária, que simplificou a legislação do IR e viabilizou a introdução de muitas médias e pequenas empresas no mercado formal.

– A reforma poderia corrigir distorções, como a sobrecarga de impostos, que exaure os contribuintes, além de inibir a exportação, e também não viabilizar a competitividade dos produtos nacionais no mercado externo?

– A superposição de tributos é um defeito inerente ao sistema brasileiro desde a EC nº 18/65. A triplice competência tributária outorgada às três esferas da Federação multiplica as incidências circulares (IPI, ICMS, ISS), assim como o expediente de não partilhar receitas levou a União a privilegiar tributos não partilháveis (Cofins, PIS) e durante muito tempo as Cides. A União Europeia convive com uma única incidência indireta (IVA), que é o tributo comunitário por excelência.

– Qual é a consequência?

– À evidência, tais superposições prejudicam a economia nacional, como têm provocado a desindustrialização nacional, com a guerra fiscal e os incentivos às importações sem incidências do ICMS por determinados estados. Para evitar a guerra fiscal, propus em audiência pública a proibição absoluta de incentivos pelo ICMS, visto que é um tributo nacional, regionalizado, e alíquota única nas operações interestaduais, mas com incidências partilháveis entre estados produtores e consumidores. Foi rejeitada a proposta pelos estados que desejam a guerra fiscal, leia-se: “manter a violação à lei suprema”.

– O Brasil enfrenta um cenário semelhante ao da Inglaterra da época do primeiro-ministro William Pitt (1759-1806), quando o país enfrentava uma sobrecarga de impostos, só faltando taxar o ar que os cidadãos respiram?

– William Pitt foi, a rigor, o criador do imposto de renda no mundo. Embora procurasse tributar tudo, a carga tributária, em nível de PIB, em comparação às alíquotas cobradas à época, era bem menor do que é hoje no Brasil, embora o cálculo de PIB inexistisse. É bem verdade que a Inglaterra enfrentava no período as guerras napoleônicas e estava em luta para eliminar o tráfico negreiro, com a necessidade de recompor as finanças pela tributação. Nitidamente, houve um crescimento de tributação no período.

“A limitação orçamentária, condicionada pelo fantástico custo de uma máquina burocrática esclerosada, afeta muito a eficiência. Nosso sistema financeiro é um dos mais modernos do mundo. A presidente Dilma foi eleita por 130 milhões de pessoas, com apuração encerrada em três horas! Isso, inclusive, causa inveja até aos EUA e à União Europeia”.

– Como a situação naquela época era semelhante a esta que os brasileiros vivenciam hoje, é oportuno reproduzir o texto, publicado há mais de três séculos: “A Inglaterra cobra impostos de tudo o que entra pela boca das pessoas ou de qualquer artigo que lhes cubra as costas ou que proteja seus pés (...). Pagamos impostos sobre camas, poltronas e catres. Jovens imberbes conduzem com rédeas taxadas, puxadas por cavalos taxados que andam sobre as ruas”. Ou seja, a Inglaterra de ontem é o Brasil de hoje?

– Apesar de elevada para os padrões da época, perante a carga tributária brasileira atual, seus administradores eram “carmelitas descalças”. Se tivéssemos a carga da época na Inglaterra, seríamos um povo muito feliz. O Brasil de hoje é muito pior. Temos o dobro da carga tributária da China, quase o dobro da Índia e mais de 50% da Rússia, nossos concorrentes imediatos. Temos uma carga tributária de países desenvolvidos (Alemanha, França, Suécia). Aliás, a carga tributária desses países é um pouco maior do que a nossa. Mas a nossa é superior à aplicada em outras nações desenvolvidas, como Estados Unidos e Japão (1º e 3º do PIB mundial). Até mesmo a nossa carga é superior à da Suíça. O Brasil de hoje é muito pior do que a Inglaterra de ontem.

– Quando existia a correção monetária dos balanços, criava-se uma situação na qual a fiscalização era muito difícil sob o ponto de vista técnico. Atualmente prevalece o equilíbrio no tratamento entre o investimento no setor real da economia e o investimento financeiro? Como ficou isso?

– A rigor, a eliminação da correção monetária do IR simplificou muito o cálculo do IR para as pessoas jurídicas sujeitas ao lucro real, sendo que mais de 90% das empresas estão no regime de lucro presumido, que é particularmente simples de calcular e menos oneroso, embora incida sobre a receita bruta e não sobre o lucro. O problema do regime do IR não é do regime em si, mas das alíquotas (lucro real acrescido da contribuição social sobre o lucro).

– O que acontece?

– Com 34% de incidência, as empresas perdem competitividade. Infelizmente, a carga tributária do Brasil é elevada porque a carga burocrática é alta. O município de São Paulo tem um orçamento de R\$ 30 bilhões. A União vai gastar R\$ 184,5 bilhões com mão de obra em 2011! Seis vezes mais do que todo o orçamento de São Paulo. É o que pelo menos se lê. A própria aposentadoria dos 950 mil servidores da União gerou um déficit de R\$ 51 bilhões em 2010, contra um déficit de R\$ 42 bilhões para os 24 milhões de aposentados do setor privado, ou seja, dos cidadãos “não governamentais”. É esta carga burocrática que descompensa o sistema brasileiro.

– Como o senhor vê a economia do Brasil em 2011?

– Vejo esforços da presidente Dilma de colocar a casa em ordem, descompensada pelo presidente Lula, por conta das eleições de 2010, com benesses e generosidades insensatas. Campos Salles, nos seus primeiros dois anos de governo, teve que pôr a casa em ordem e foi muito criticado. Ele saiu do governo elogiado por ter saneado as finanças. Combate à inflação, política salarial, cambial e tributária ponderada, controle das despesas inúteis e racionalidade nos projetos devem constituir seu campo de batalha. O embate pelo salário mínimo foi uma vitória com o ônus da sensatez, e a política de juros está correta para enfrentar o consumo. O desafio cambial não é fácil, e o burocrático é ainda mais difícil pôr força das despesas irredutíveis. Acho, todavia, que, por enquanto, vai indo bem. Falando pouco e procurando agir.

– Está otimista ou pessimista com os próximos anos?

– O Brasil está condenado ao crescimento, malgrado os governos e a pouca inversão na área educacional. O Brasil é um dos poucos países que tributam a educação, que, a rigor, é paga pelo aluno. Sou otimista a médio ou longo prazo, podendo vir a me tornar otimista a curto prazo, dependendo do governo. É que o mundo precisará cada vez mais de alimentos e de energia, e o Brasil pode ser a solução de energia limpa, agora que se discute, após a tragédia do Japão, o risco da energia nuclear.

– Seria temerária agora uma reforma tributária? O momento é de ficar quieto?

– A solução parece que está sendo adotada pela presidente Dilma. Reformas pontuais. A proposta de desoneração da folha de trabalho é um bom início que se pode fazer para a reforma infraconstitucional. Constitucionalmente, fechar a brecha da guerra fiscal do ICMS, principalmente nas importações de produtos desonerados, é outro ponto a ser examinado.

– O senhor concorda que o Brasil é um país que tem a maior densidade de matéria tributária, a ponto de que nenhum outro país tem algo parecido?



– O Brasil é um dos países com legislação mais complexa por força das três esferas com poder impositivo, isto é, com competência de tributar (União, estados, DF e municípios). O empresário brasileiro, segundo pesquisa do Banco Mundial de dois ou três anos atrás, gasta em média 2.600 horas por ano para atender exigências burocráticas, enquanto na Alemanha se despende em torno de cento e poucas horas. E todo o sistema complexo gera, automaticamente, conflitos permanentes entre o fisco, o contribuinte e os autos de infração, por mera questão de interpretação, que, não poucas vezes, eliminam a sobrevivência das empresas. Considero

“Lula foi uma surpresa como presidente. Creio que, depois de seis bons anos, sua imagem desfigurou-se um pouco, com a defesa de ditaduras, com a intervenção indevida em Honduras e na política terceiro-mundista, própria dos anos 60. Todos os nossos parceiros sul-americanos desrespeitaram acordos com o Brasil e levaram vantagem nas discussões. Felizmente, a presidente Dilma está exigindo que os contratos sejam respeitados”.

o nosso sistema um dos mais complexos para ser cumprido, se comparado com os de países inclusive desenvolvidos. Se não houver simplificação, ficaremos com o dilema de Monteiro Lobato: “Ou o Brasil mata a saúva ou a saúva mata o Brasil”. No caso, ou o Brasil vence a burocracia ou a burocracia vence o Brasil.

– O senhor concorda que as políticas públicas, os programas e os projetos não são examinados em função de sua eficácia, mas em função de sua dimensão orçamentária e contábil?

– Sim e não. A limitação orçamentária, condicionada pelo fantástico custo de uma máquina burocrática esclerosada, afeta muito a eficiência. Todavia, há setores de excelência. Nosso sistema financeiro é um dos mais modernos do mundo. A nossa tecnologia para o etanol é a melhor do mundo. Nosso controle eleitoral é o melhor do mundo. A presidente Dilma foi eleita por um eleitorado de 130 milhões de pessoas, com apuração encerrada em três horas! Isso, inclusive, causa inveja até aos EUA e à União Europeia. As iniciativas de criar uma burocracia profissionalizada (e não de “amigos do rei”) e simplificar a legislação de exigências à sociedade facilitariam investimentos maiores e trariam um desenvolvimento mais rápido.

– Afinal, o senhor está otimista ou pessimista? Por quê?

– Dizem que o pessimista é o otimista que conhece a realidade. À evidência, a crise japonesa é ainda de efeitos incalculáveis. É de se lembrar, todavia, que Japão e Alemanha ergueram-se mais rapidamente depois da 2ª Guerra Mundial, pois tiveram que reconstruir tudo com indústria e tecnologia mais modernas. Meu otimismo reside em um fato: dos quatro Brics, o Brasil é o país que tem melhores condições de crescer. Não tem a superpopulação da China e da Índia, que traz problemas cruciais de colocação de mão de obra e de sustentação, nada obstante seu desenvolvimento. Temos melhores condições climáticas do que a Rússia, a Índia e a China e, por fim, num mundo ávido de alimentos e energia, é talvez o país com maiores condições de fornecer no futuro energia limpa e alimentação.

– O que pode mudar com o governo da presidente Dilma Rousseff?

– Creio que já está mudando. Um perfil mais austero, próprio de um presidente, manifestações comedidas, enfrentamento de situações que geram ônus (elevação de juros quando prometeu baixá-los, salário abaixo do prometido para não desorganizar as finanças da União, os estados e municípios), assim como a participação de empresários vitoriosos no seu aconselhamento, como, por exemplo, o deste símbolo da indústria nacional, que é Jorge Gerda. O início é promissor. Vamos ver a continuação.

– O que Lula deixou de fazer?

– Lula foi uma surpresa como presidente. Creio que, depois de seis bons anos, sua imagem desfigurou-se um pouco, com a defesa de ditaduras, com a intervenção indevida em Honduras e na política terceiro-mundista, própria dos anos 60. Todos os nossos parceiros sul-americanos desrespeitaram acordos com o Brasil e levaram vantagem nas discussões (Venezuela, Bolívia, Equador, Argentina e Paraguai). Felizmente, a presidente Dilma está exigindo que os contratos sejam respeitados e deixou de acariciar o ego dos ditadores. Nem por isso o governo de Lula foi ruim. É que teria sido muito melhor se ele tivesse agido como agiu nos primeiros seis anos.

– O BG Group, companhia inglesa que é uma das líderes mundiais na área de energia, comunicou que vai investir US\$ 30 bilhões, em 10 anos, na exploração da camada Pré-Sal. Isso demonstra que os investidores estão apostando no Brasil?

– Há um fenômeno interessante que começa a ocorrer nos últimos tempos: o deslocamento dos centros de direção e investimentos de Miami para São Paulo e Rio, ou seja, a transferência do controle de investimentos na América Latina dos grandes grupos internacionais dos EUA para o Brasil. Parece-me sintomático haver tal percepção dos investidores estrangeiros. Embora o Pré-Sal ainda seja um desafio, em nível de tecnologia de exploração, estou convencido de que será um empreendimento consideravelmente desenvolvido, mormente após o desastre



japonês, que põe em questão todas as usinas nucleares. Por mais segurança que se crie, há fatores naturais ou não, improváveis e inevitáveis, que podem colocar toda uma nação em risco de contaminação radioativa. O Pré-Sal torna-se agora uma alternativa ainda mais relevante, embora eu preferiria investimentos em energia mais limpa, ou seja, o etanol.

– Ou seja, o futuro do Brasil tem tudo a ver com o Pré-Sal?

– Não creio. O Pré-Sal é importante, mas não somos uma monoeconomia como a Venezuela. Há setores que

“Apesar de elevada para os padrões da época, perante a carga tributária brasileira atual, seus administradores eram “carmelitas descalças”. Temos o dobro da carga tributária da China, quase o dobro da Índia e mais de 50% da Rússia, nossos concorrentes imediatos. O Brasil de hoje é muito pior do que a Inglaterra de ontem”.

estão se abrindo e são relevantes (a Thompson, que adquiriu a Revista dos Tribunais, maior editora jurídica no mundo, estuda a possibilidade, dependendo das condições locais, de investir quase meio milhão de dólares no Brasil para implementar novas tecnologias na informática, permitindo que operadores de direito acessem, de imediato, sobre qualquer assunto jurídico, tudo o que há de relevante no mundo!!!). O Brasil tem muitas outras alternativas além do Pré-Sal.

– O governo brasileiro, diante da crise no Japão, preferiu suspender o pacote de medidas cambiais, por causa do cenário econômico internacional. Isso pode trazer efeitos ao Brasil em que nível?

– É possível que o dólar venha a subir naturalmente e que os investidores preferam colocar suas poupanças na moeda americana, procurando mais a segurança do que a rentabilidade, ou seja, de forma que haja uma procura maior pelo dólar ou por títulos nele lastreados. Por outro lado, não se sabe o nível de impacto que a economia mundial terá, pois todos os fornecimentos de insumos e matéria-prima ao Japão poderão ser reduzidos, provocando paralisações e atrasos na linha de produção de cada país, pela interdependência de um mundo plano. Poderá haver, inclusive, um agravamento do processo inflacionário mundial, por força de carências e especulações. Dependendo do impacto apresentado em cada nação, ver-se-á se o Brasil será perdedor ou vencedor com a crise japonesa. Creio que será vencedor.

– Já na terça-feira, o mercado brasileiro de câmbio ficou nervoso diante da possibilidade real de que o Japão enfrente uma grave crise no tocante à energia nuclear. Qual seria o cenário econômico por aqui devido a esta hipótese?

– O que mais me preocupa, todavia, é o real nível de contaminação do Japão pelo material radioativo que escapou. Este, se não for inteiramente controlado, poderá sim trazer à realidade a atmosfera do filme “The day after”. Às vezes, tenho a impressão de que estamos ouvindo a música de Paul Dukas: “O aprendiz de feiticeiro”. Estamos, no mundo, ainda na fase do aprendiz. #